

O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Euripedes Bastos Siqueira¹

RESUMO

Este artigo faz uma analogia sobre o desenvolvimento do centro-oeste, especificamente do Estado de Goiás, no século XX, sob o ponto de vista do planejamento territorial. Analisa-se sua economia nas três primeiras décadas, quando o Estado contava com os meios de comunicações precários, sendo pouco povoado e um sistema de transporte muito deficitário, apresentando assim uma economia basicamente de subsistência. O desenvolvimento da economia brasileira se deu a partir de 1930 e Goiás aproveitou dessa onda de crescimento, em virtude da transferência da antiga capital Vila Boa, para Goiânia, fazendo-se assim um novo marco do desenvolvimento para o Estado. Em seguida, o artigo evidencia-se a fase de transição e desenvolvimento tecnológico goiano, que coincidiu com a política do governo federal, sendo inclusive a transferência da capital uma das bandeiras do presidente Getúlio Vargas. Goiânia, a nova capital, concorria com Anápolis, cidade mais antiga e com um centro financeiro mais expressivo na época, além do forte poder econômico do sudeste goiano, que com a proximidade do triângulo mineiro, apresentava forte concorrência a nova capital. Mas com a transferência da capital concretizada e os investimentos vultosos, Goiânia tornou-se a grande oportunidade de crescimento e desenvolvimento da região centro oeste. Esse crescimento se consolidou com o projeto da criação na nova capital federal no governo Juscelino Kubitschek.

Palavras-chave: Planejamento, desenvolvimento, crescimento e consolidação do Estado de Goiás.

1.0 - INTRODUÇÃO

A afirmação de que o desenvolvimento de um Estado está ligado à importância do mesmo no sistema econômico, nunca foi motivo de consenso entre os economistas e os cientistas políticos. Hanna Arent (1998) deixou uma contribuição valiosa a esse respeito em seus escritos, não muito diferente Karl Marx, que embora tenha dedicado sua obra à relação

¹ Contador, pós graduado em Análise e Auditoria Contábil, mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, pela UCG, professor universitário, coordenador do curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC, Consultor Financeiro, sócio proprietário da empresa Renascer Consultoria e Projetos Ltda.

de produção na sociedade capitalista, tinha em sua percepção “O executivo moderno do Estado”, fascinados com as novas descobertas metodológicas para explicar formalmente o funcionamento dos mercados competitivos, deram pouca importância para a necessidade de justificar a função do Estado no sistema.

O Estado de Goiás apresentou seu crescimento e desenvolvimento, intrínsecos com sua própria história. Hoje o Estado tem atuação direta sobre a classe empresarial, através de políticas tributárias, educacional, saúde, turismo, moradia, ambiental, entre tantas outras áreas. Como um desses diversos exemplos, temos a lei complementar n.º 123 de 14 de dezembro/06, que regulamenta o Simples Nacional, segundo a qual grande parte das empresas brasileiras (indústrias, comércios e prestadoras de serviços), que tenham faturamento bruto de até R\$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais) anualmente, podem optar por este regime tributário especial. A história do desenvolvimento do Estado de Goiás esteve muito presente e ligada à política do governo federal, assim se deu quando da transferência da capital Vila Rica à Goiânia e em seguida, com a fundação de Brasília. Esses dois marcos na história brasileira foram decisivos, já que contribuíram positivamente, para a representatividade que Goiás tem hoje.

2.0 - AS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Os primeiros trinta anos do século XX não apresentaram muitas transformações, pois o estado ainda vivia a nostalgia do fim da mineração. Segundo PALACÍN, (1994, pg. 89):

“As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação a que Goiás regredira como consequência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um Estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, com uma economia de subsistência”.

Um Estado eminentemente rural, onde predominava a agricultura de subsistência, uma vez que a produção local era destinada para o consumo, tinha como inexpressivos o comércio local e a circulação monetária, com raras exceções. Ainda não tinha despertado para o desenvolvimento econômico, diríamos que vivia desfocado da realidade brasileira, não acompanhando o desenvolvimento da economia nacional, aqui representado pelo Estado de São Paulo, que já naquela época despontava como a grande locomotiva nacional. Nesse período ainda não tinha sido atingido pela corrente de desenvolvimento que, nos últimos anos, vinha transformando a maioria dos estados, a partir da modernização da agricultura de

um pequeno, mas, para a época, considerável desenvolvimento do parque industrial brasileiro, aqui representado principalmente pelas regiões Sul e Sul deste.

Em 1933, o diagnóstico do Estado era caótico, a começar pelos meios de transporte que, até então quase não existiam. A estrada de ferro ainda não era utilizada como meio de desenvolvimento para o Estado de Goiás, uma vez que a agricultura era praticamente de subsistência e o produto de maior destaque na balança comercial da época era o gado, que era transportado em pé, dificultando muito sua comercialização, primeiramente no corredor do triângulo mineiro, para depois ser comercializado no Estado de São Paulo. Mesmo assim, esse era o setor mais dinâmico da economia goiana na época.

A falta de conhecimento da população acerca dos métodos de cultivar a terra, manejo das culturas era associado ao, predomínio do conhecimento empírico da tradição do sertanejo, tudo isso era, ainda, facilitado pela enorme área territorial e o reduzido número de habitantes por metro quadrado, ou seja, a população do Estado de Goiás em 1900 era de 255.284 habitantes, com uma densidade demográfica de 0.77 habitantes por quilômetro quadrado.

O número reduzido da população que vivia espalhada pelo enorme território goiano, distribuída entre sítios e fazendas, era quase totalmente rural. Isto em virtude da decadência das minas de ouro, ainda no século XVII, tendo como principais causas a deficiência nos meios de transportes, a comunicação muito precária e a economia de subsistência. Todos esses fatores contribuíam diretamente para a não formação dos centros urbanos no estado.

O fato que mais contribuía para tal situação era o isolamento, movido pela falta de comunicação, ocasionado, por sua vez, pela ausência de estradas. Esse era sem dúvida, o grande mal de Goiás. Fato que foi divulgado pelo jornal O Liberal de Jataí, em 1932. Para equacionar o problema era necessário a construção de estradas, mas a situação financeira do governo do Estado era precária e não permitia investimentos que atendessem à necessidade de urgência. Os recursos teriam que ser oriundos do governo Federal, mas aí tinha um grande problema, a falta de expressão política do Estado, para conseguir um montante tão expressivo de verbas.

Esse fato foi tão importante que, até a metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o transporte terrestre e o navio a vapor revolucionavam os meios de transporte. Em Goiás isso só foi possível ser consolidado em 1907, com a construção da linha que haveria de ligar Araguari ao Araguaia. A obra ficou paralisada por falta de recursos e, somente em 1913, chegou a Goiandira e Ipameri. Em 1924 em Vianópolis e, em 1930, finalmente, chega a Silvânia. Observa-se que a construção da linha de ferro foi avançando

lentamente, em função dos altos custos e que ligaria o nada ao lugar nenhum. Isso inviabilizou sua edificação custo benefício, elevando o valor do transporte. Mais tarde, refletiu no investimento do Estado na construção de rodovias, com a construção da nova capital.

ESTEVAM, (2004, pg. 109):

“A passagem dos anos trinta afetou o andamento sócio-econômico regional e promoveu algumas modificações na realidade goiana, principalmente no caminho de sua integração com a dinâmica da economia nacional. A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política. Apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no desenvolvimento do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma possibilidade geográfica futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional”.

Enfim, as três décadas seguintes estiveram caracterizadas por modificações relevantes na ordem estrutural de Goiás. A construção de Goiânia e a localização estratégica de Anápolis incentivaram a exploração e a ocupação do centro-sul; a forte imigração no pós-guerra avançou sobre parte do médio norte e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos centros urbanos do norte, facilitando sua integração aos centros comerciais goianos; a construção de Brasília acarretou abertura de estradas e novas frentes de imigração para o planalto central, facilitando a efetiva integração de Goiás ao comércio nacional.

A concentração urbana mais relevante em Goiás esteve localizada em três espaços geográficos do centro sul: zona do Mato Grosso Goiano (Goiânia e Anápolis), no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área sudoeste (Rio Verde, Itumbiara e Jataí).

O eixo Goiânia-Anápolis, após a inauguração da nova capital, tornou-se um pólo de desenvolvimento para o Estado de Goiás, superando o então líder triângulo mineiro que, até então, exercia uma posição de liderança econômica e, às vezes, política. Chama-se atenção que este espaço territorial pertenceu ao Estado de Goiás e que, em função da alta tributação fixada por Goiás na comercialização do gado, os fazendeiros da região, fizeram uma gestão junto ao governo federal, solicitando sua independência. Após alguns anos de gestão política, foi determinado que esta área integrasse o território de Minas Gerais. Mesmo após essa decisão, que foi acatada pelos governantes de Goiás, continuou sua influência econômica no

estado, uma vez que estrategicamente servia como corredor exportador de gado para o estado de São Paulo.

3.0 MATRIZES DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A matriz do desenvolvimento tecnológico brasileiro e goiano, objeto integrante desse trabalho, passa sem dúvida pelo agronegócio. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o produto Interno Bruto do Brasil em 2004 representou R\$ 1.775 bilhões. Deste montante, R\$ 534 bilhões teve como participação o agronegócio, sendo 29% (vinte e nove por cento) da pecuária e 71% (setenta e um por cento) da agricultura. Esses dados retratam bem a importância da pecuária e agricultura, respectivamente, como força motriz do desenvolvimento brasileiro e, especialmente, regional-local.

O grande desenvolvimento regional se deu, sem dúvida, devido à agricultura e à pecuária. Mas, para falar sobre tal crescimento, faz-se necessário conhecer a produção integrada, que se trata de um sistema baseado na sustentabilidade, a qual pode assegurar a sobrevivência humana, sendo vista como um princípio em desenvolvimento, e a busca da eficiência na utilização dos recursos do planeta, aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes, utilizando instrumentos adequados de monitoramento dos procedimentos e a rastreabilidade de todo o processo, tornando-o economicamente viável. A era do desenvolvimento consolidou-se, através de programas e políticas de exportação de larga escala, os quais suplantaram as necessidades de sobrevivência das culturas locais.

Se as mudanças econômicas, implementadas no Brasil a partir de 1930, foram bem estudadas, o mesmo não se pode dizer da estrutura político-institucional, em que a questão é mais complexa. Os arranjos exacerbadamente consorciativos: na esfera eleitoral partidária; corporativismo na área sindical e presidencialismo, como suposto fator de unificação, fizeram com que o crescimento brasileiro se apresentasse a custos de uma penosa revisão de um modelo, que emergiu entre 1930 a 1945, como a institucionalização da intervenção regulatória do estado na economia e, especialmente, nas relações capital-trabalho, na constituição de um setor público empresarial, na centralização do poder. Esses embriões de mudanças apresentavam origens e motivações diversas, mas convergiam numa aguda preocupação com a debilidade do estado e da economia. Decorridas décadas, o país dispõe hoje de uma base industrial significativa, esse sucesso na promoção do crescimento e o papel crucial que nele

desempenharam grandes empresas estatais conferiram ao antigo modelo getulista-desenvolvimentista uma legitimidade inegável; à medida, porém, que se configurava a estagflação dos anos 80, o sucesso anterior desse modelo passou a dificultar a aceitação de um modelo distinto, baseando em um controle mais rigoroso do déficit público, na redução da intervenção empresarial e regulatória do estado na economia e na busca de políticas eficazes na área social. Nesse sentido, medidas de apoio à produção e à comercialização agropecuária, por meios de programas de investimentos foram tomadas para alavancar a competitividade, a geração de emprego e renda e a modernização da agricultura familiar. Por meios de políticas que incentivaram a produção de alimentos básicos, com acesso diferenciado ao crédito para produtores que atendam integralmente as regras ambientais, trabalhistas e sociais, inclusive crédito para produtores que não atendam integralmente as regras, mas que assinem um termo de ajustamento de conduta para implementar em prazo definido, oferecendo, assim, condições para aquisição de equipamentos e insumos que possam contribuir para o desenvolvimento, contribuindo com uma política de regulação de estoques públicos

A interiorização gera emprego e renda, a grande maioria das pequenas cidades brasileiras têm sua economia alicerçada no agronegócio, isto não é diferente no Estado de Goiás, onde a agricultura e a pecuária têm um papel fundamental, no seu desenvolvimento. Vale lembrar que em parte significativa das cidades do estado, como, Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Goiatuba, Santa Helena, entre outras, o agronegócio está presente de forma marcante, atraindo investimentos de grandes empresas, como é o caso da Perdigão na cidade de Rio Verde.

As características do agronegócio brasileiro está delineado em um sistema único, em que se destacam: o clima tropical, base da agricultura, em função da diversidade de plantações que oferecem grandes opções de variedade; a extensão territorial e o Estado de Goiás está inserido neste contexto. O uso da tecnologia utilizada na agricultura e pecuária, tem trazido a cada dia aumento da produtividade e contribuído de forma direta e incisiva com o desenvolvimento regional. Através de equipamentos modernos, de última geração, esse aparato tem revolucionado o manejo nesse setor, diminuindo assim a diferença tecnológica e de produtividade do Brasil com os países do primeiro mundo.

Apesar do Brasil ainda se esbarrar em dificuldades agrônômicas, há profissionais qualificados, em números reduzidos, não só nesse setor, como também na indústria e nas demais áreas ligadas direta ou indiretamente ao agronegócio. A falta de uma política governamental mais agressiva, na área de pesquisas de desenvolvimento, para o

desenvolvimento de tecnologias de ponta, propiciando um ambiente mais adequado aos pesquisadores, deixa de contribuir para o crescimento e implemento dessa atividade. Hoje o Brasil conta basicamente com a EMPRABA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. Isso é muito pouco para um país que apresenta as características agrícolas como o nosso, criando espaço para empresas de grande porte mundial atuarem em nosso mercado, empresas com muito mais recursos, destinados a pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico, influenciando, inclusive, nas exportações do país. Por isso a integração lavoura-pecuária, merece mais atenção por parte dos governantes.

O Estado de Goiás tem, nos últimos, anos apresentado um crescimento significativo nesse campo, através de um sistema novo, composto por cadeias produtivas mais completas, interligando a indústria de insumos, tratores, fertilizantes, defensivos, atraindo investimentos de grandes grupos para o Estado; trazendo, com isso, uma melhora expressiva na renda per capita do cidadão goiano, elevando-a a patamares nacionais e superando regiões tradicionais como a Sul e Suldeste.

Com um sistema diversificado, uma economia agrícola aberta e com forte inserção internacional, tem criado condições de expansão, tanto na pecuária como na agricultura. Através de parcerias com o governo federal, por meio de uma política agrícola clássica, onde o governo estabelece preços mínimos e estoques reguladores, trazendo, assim, uma maior segurança ao produtor. Essa parceria tem apresentado resultados satisfatórios e aumentado as exportações brasileiras, contribuindo para o superávit da balança comercial.

Tudo isso tem sido possível, porque o país conta com um sistema crescentemente privado e concentrado, que balizado pelas políticas nacionais, tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da economia nacional e local.

Apesar de o sistema ser de alto risco e não contar com nenhuma blindagem por parte dos governos federal e estadual, o país, bem como o estado, tem apresentado um aumento significativo nas exportações. O mercado nacional está inserido na turbulência dos riscos de preços, quanto à produção dos insumos e produtos, como em qualquer outra atividade comercial. Em um mercado globalizado, as grandes majorias estão sujeitas a flutuações, como é o caso recente da crise norte americana, que tem deixado o mercado financeiro internacional em alerta máximo, isso não é diferente no Brasil, muito menos em nosso estado.

Mesmo com todas as dificuldades do agronegócio brasileiro, como: seca no nordeste, enchentes na região sul, escassez de recursos, falta de infra-estrutura e logística necessária, limitação quanto ao uso de tecnologias por parte do produtor, número restrito de cadeias produtivas, além de enfrentar ainda os subsídios dos países desenvolvidos; tem-se aumentado

as exportações de maneira significativa e o Estado de Goiás tem participação expressiva nas exportações desse setor. Isso tem contribuído positivamente para a melhoria da qualidade de vida do cidadão goiano, melhorando suas condições de vida e elevando seu bem estar social, através de uma estrutura domiciliar mais digna ao cidadão. O IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisas Geográficas e Estatísticas, tem demonstrado esse fato por meio da PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar.

O desenvolvimento industrial do estado brasileiro, tem apresentado aspectos diferentes, peculiares a cada região, o que também se confirma no Estado de Goiás, que com suas particularidades intrínsecas tem apresentado condições determinantes para o seu desenvolvimento. O marco para o desenvolvimento de Goiás se deu a partir dos anos trinta com a construção de Goiânia.

Segundo PALACÍN (1994, pg. 101):

“A revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida dessa nova história”.

A revolução dos anos trinta não teve a participação direta do estado goiano, pode-se dizer que, feita por grupos heterogêneo da classe dominante, teve como principal representante goiano o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que mantinha contatos com os centros revolucionários de Minas Gerais, chegando a reunir um grupo de 120 voluntários no triângulo mineiro. Sendo, no entanto, dispersados próximo a Rio Verde, sendo em seguida preso, mas em breve recebia a notícia da vitória dos revolucionários. Chegou a fazer parte de um governo provisório, composto por uma comissão de três membros, sendo que em seguida foi nomeado como interventor do estado. O Estado não contou com a participação popular nesse processo revolucionário. A revolução de trinta contribui muito para o desenvolvimento do estado, pois a partir daí, e com a idealização da construção da nova capital pelo então interventor Pedro Ludovico Teixeira, Goiás deu um salto no desenvolvimento econômico e social.

Segundo ESTEVAM (2004, p: 100),

“No âmbito político nacional as condições eram favoráveis. No discurso de GETÚLIO VARGAS tornava-se imperioso localizar no centro geográfico do país

poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. A implantação de uma nova cidade no planalto traduzia o desejo do presidente e alimentava a expansão capitalista em seu processo de incorporação de novas frações do território nacional, representando ainda um símbolo do Estado Novo e constituindo marco significativo na política de interiorização”.

Em 24 de outubro de 1933, se deu o lançamento da pedra fundamental, data em homenagem à revolução; em sete de novembro de 1935, realizou-se a mudança provisória; e a mudança definitiva foi em 1937, quando os principais edifícios públicos já haviam sido concluídos; cinco anos depois, foi realizado o batismo cultural de Goiânia, nesta data a cidade já contava com mais de 15.000 habitantes, o dobro da cidade de Goiás em seus mais de duzentos anos de existência.

Esse novo marco na história e no desenvolvimento do Estado de Goiás, não se resumia somente em aspectos positivos, o Estado possuía uma série de dificuldades, relatadas assim por PALACIN (1994, p: 108),

“O desenvolvimento do Estado estava longe de ser satisfatório. Para tomar um único índice: o censo de 1940 constatou que, entre 563.262 pessoas de mais de 10 anos, só 148.937 sabiam ler e escrever, 32% dos homens e 20% das mulheres, um homem entre três e uma mulher entre cinco. As comunicações, a saúde, a instrução, a carência, a descapitalização da economia, a estrutura da propriedade, entre outros, eram problemas ainda intactos, trabalho para várias gerações”.

A construção da nova capital foi um marco para o desenvolvimento do Estado que, até então, era considerado um dos mais pobres do Brasil. Um projeto arrojado que contou com apoio do governo federal, sendo um dos ícones da revolução de 30, um símbolo de desenvolvimento e uma aposta a longo prazo. Mas, tornado-se de imediato amplas possibilidades de negócios, forte especulação imobiliária e um pólo atrativo da marcha para o oeste, por meio da geração de empregos e, principalmente, da construção civil, que comportava investimentos públicos com efeitos multiplicadores e elementos potenciais para o desenvolvimento regional; atraindo grandes investidores que, incentivados pelo governo federal, apostavam no crescimento da nova capital, favorecendo o fluxo do capital especulativo do sistema financeiro capitalista.

A partir da década de 40, o crescimento de Goiás se deu em ritmo acelerado, com a “marcha para o Oeste” e o desbravamento do Mato Grosso Goiano, que veio de encontro com o projeto da construção de Brasília nos anos cinquenta. Esses fatores imprimiram um ritmo

acelerado no crescimento e desenvolvimento de Goiás, bem como, ao crescimento da população em função do ritmo acelerado; sendo superior à média nacional a integração das vias de comunicação do Estado com país e dentro do próprio Estado. Contribuiu de forma efetiva para a explosão urbana, uma vez que o projeto da construção da nova capital se tornou conhecido em todo território nacional, atraindo mão de obra de diversos Estados, especialmente, de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Registrou-se, então, o crescimento de todo tipo de serviços, especialmente, na educação. Apesar de todas essas transformações ocorridas no Estado, elas não foram suficientes para alavancar o aumento na produtividade, aumento no PIB, uma vez que as condições vividas no passado recente eram extremamente desfavoráveis. Tudo isso mostra que o Estado continuaria com uma economia primária, com uma exploração extensiva e de baixa produtividade.

A estrutura fundiária de Goiás não se diferencia muito da situação do país, onde se observa um evidente processo de concentração da propriedade. Os principais aspectos identificados são referentes à interiorização da ocupação agrária, as características do novo padrão agrário e a questão social no campo. Fica evidenciado, nesse processo, a aceleração da ocupação das terras de fronteiras e o contraste entre o dinamismo da década de 70 e a desaceleração do crescimento dos anos 80.

O questionamento da questão fundiária ou a sua percepção não é de hoje, através dos grandes números, emergem questões associadas a excessos de incorporação de terras; expansão de alguns usos de propriedades; adoção indiscriminada de práticas modernas ou carências de terras para grandes segmentos da população; assistência técnica; formas associativas discriminadoras da pequena produção, emergindo das diferenciações espaciais do norte e do centro sul de Goiás.

A expansão agrária constitui-se um aspecto relevante fundamental na caracterização domiciliar em Goiás. O surgimento de novas cidades, coincidindo com a marcha para o oeste, foram fatores que contribuíram diretamente para o aumento do número de domicílios na região centro oeste, especificamente, em nosso estado. Avaliando sua dimensão espacial, o crescimento do setor agrário, revela-se concentrado em espaço fracamente ocupados até o início da década de 70 e que foram objetos de políticas de concessão de subsídios a sua ocupação.

Elemento importante para a evolução da expansão capitalista, em relação à estrutura agrária, o grau de ocupação, reflete a interiorização dessas, sintetizando interesses conflitivos de diferentes segmentos da sociedade; sendo uma das marcas da reorganização espacial do período, que foi reservado ao Centro-Oeste, que com a acelerada incorporação das terras do

cerrado até então caracterizadas pelo alto grau de ociosidade e baixa produtividade das terras ocupadas, caracterizando assim como elemento de consolidação da expansão capitalista no campo em Goiás.

Em 1970, a população de Goiás já se aproximava dos três milhões de habitantes, 2.988.414 habitantes, segundo dados do IBGE. Estes dados revelam que a população do Estado se multiplicou por seis nos últimos cinquenta anos. É um crescimento populacional muito acima da média nacional, embora esse se processe em ritmo também muito acelerado nesse período.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o descobrimento do Brasil, sem dúvida, o século vinte foi o mais importante para o desenvolvimento do Estado de Goiás. No início do século, a capital do Estado de Goiás então Vila Boa, contava com pouco mais de oito mil habitantes. Segundo dados de PALADIN (1994), sabe-se que a nova capital foi planejada para cinquenta mil habitantes, sendo que, hoje já ultrapassou a hum milhão. No início do século XX, o Estado contava com muitas limitações, desde comunicações, transportes, arrecadação, entre outras, o que obstruía sem dúvida o seu crescimento e desenvolvimento. Com o projeto político de criação de uma nova capital e com sua concretização sobre no governo do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Goiás adquiriu um novo impulso, crescimento, que mais tarde teve como consequência o seu desenvolvimento. Após a consolidação da transferência da nova capital, Goiânia, o estado ainda foi contemplado com o projeto político do Presidente Juscelino Kubitschek, através da criação e transferência da capital federal do Estado do Rio de Janeiro para a região centro oeste, Brasília. Nesse espaço de tempo, Goiás contou com sua estruturação política de desenvolvimento, sendo que, mais tarde, a criação do Estado do Tocantins, consolidou de forma definitiva seu desenvolvimento.

5.0– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

ESTEVAM, Luis. **O Tempo da Transformação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

MOYSES, Aristides. **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: ed. UCG, 2005.

PALADIN, Luis Gomes; MORAES, Maria Augusta de Santanna. **História de Goiás**, 6ª ed. Goiânia, 1994.

PIETRAFESA, Jose Paulo; BORBA, Odiones de Fátima; SILVA, Débora Cristina Santos e PEREIRA, Libna Lemos Ignácio. **Do Contexto ao Texto**. Anapolis-Go: Uni Evangélica, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: USP, 2005.